

# O papel das mulheres no processo de desenvolvimento do Grande ABC: existiria uma feminização da pobreza na região?<sup>1</sup>

**Bruna Honda Vargas**

**Resumo:** As mulheres, embora maioria numérica no Brasil, sob diversos aspectos encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As mulheres sem cônjuge se destacam por concentrarem maiores níveis de discriminação e dificuldades que as afastam ainda mais do mercado de trabalho. Neste artigo, busca-se identificar a existência de diferenciais de rendimento e de oportunidades entre mulheres e homens. A análise se concentra aos dados do Censo de 2010 e da RAIS para a região do Grande ABC, buscando indícios da ocorrência do fenômeno denominado Feminização da Pobreza, destacando o papel das chefes de famílias como protagonistas na busca pela emancipação feminina.

## Introdução

De acordo com o Censo 2010, as mulheres do grande ABC são maioria, representando 51,75% da população. Em 2014, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu, pelo terceiro ano consecutivo, para 54,4% (Dieese). Somado a essas informações encontra-se o fato de que 60,7% das famílias dessa região são chefiadas por mulheres (Inpes/USCS, 2013).

A participação da população feminina economicamente ativa na economia regional se evidencia em diversos aspectos, além dos dados apresentados. À medida que mais mulheres são inseridas no mercado de trabalho formal, ampliam-se os fluxos monetários, intensificam-se trocas e ativam-se economias locais, conquanto não haja redução líquida de número de postos de trabalho. Adicionalmente, a possibilidade de melhor alimentação e maior acesso a bens e serviços também é associada à maior formalização da participação feminina no mercado de trabalho. Existem também diversos argumentos associados à precarização do trabalho diante da dupla jornada à qual incorrem as mulheres trabalhadoras. Embora haja indícios de que o ingresso de mulheres no mercado de trabalho formal esteja associado a maiores chances de melhorias nos índices de desenvolvimento da região (GENDER GAP INDEX, 2006), ainda não há evidências suficientes para indicar que haja ampliação substantiva de oportunidades às mulheres.

O conceito de “Feminização da pobreza” foi apresentado inicialmente pela pesquisadora estadunidense Diane Pearce (1978). Sua teoria afirma que as mulheres têm se tornado mais pobres do que os homens com o passar dos tempos. Um dos argumentos subjacentes é que diante do aumento das necessidades das unidades familiares em contexto de redução de postos de trabalho, as mulheres antes dedicadas a atividades não remuneradas, buscam remuneração no mercado de trabalho. O aumento do número de famílias lideradas por mulheres é considerado, nesse sentido, um dos

---

<sup>1</sup> Artigo gerado a partir da pesquisa de iniciação científica financiada pelo CNPq entre 08/2017 à 07/2018, edital PIBIC 01/2017. Com orientação da Prof. Dr. Mônica Yukie Kuwahara da UFABC.

indicadores de pobreza, sendo utilizado como o ponto de partida de sua pesquisa. Pearce inicia seus trabalhos a partir da análise dos diferentes tipos de rendas que essas mulheres solteiras utilizam para sustentar seus filhos. A divisão é feita entre o salário, os programas sociais do governo e o fundo privado, como a pensão alimentícia, em uma tentativa de identificar as razões estatísticas das chefes de família com menores rendimentos, portanto, mais pobres do que os homens sem cônjuge.

Ao se deparar com a realidade empregatícia, percebe-se que à mulher são designados os serviços de menor prestígio social, sendo na maioria das vezes, relacionados ao trabalho informal. Somado a isso, é possível citar a considerável diferença salarial entre os representantes de cada gênero e os consequentes desdobramentos dessa situação. O preconceito, a discriminação e os impedimentos para alcançar altos cargos hierárquicos na área laboral são alguns dos efeitos dessa desigualdade.

A preocupação de Pearce, além de desenvolver políticas públicas, é saber se as mesmas estimulam o desenvolvimento pessoal dessas mulheres, ou se apenas as incentivam para que permaneçam em determinadas condições. Dessa maneira, a autora observa as variações das taxas de fecundidade e os níveis de consumo dessas famílias. Sua linha de pesquisa foi adaptada à realidade brasileira com Carmen Barroso (1978), em seu trabalho *Sozinhas ou mal acompanhadas - a situação das mulheres chefes de família*. Sua tese atribui ao fenômeno um caráter estritamente urbano. Assim, a autora mapeia as características que definem as mães solteiras, seja a idade, grau de escolaridade e atuação no mercado de trabalho.

Vale citar que o termo "feminização da pobreza" foi utilizado durante o Relatório de Desenvolvimento Humano em 1995. Esse afirmava que "a pobreza tinha rosto de mulher - de 1,3 bilhão de pessoas em situação de vulnerabilidade, 70% eram mulheres". Porém, em oposição a essas ideias, encontra-se Alain Marcoux (1998), um estudioso que não concorda que a pobreza possui um gênero específico. De acordo com ele, os números apresentados demonstrariam uma discrepância proporcional; de modo que as questões envolvendo falta de renda e oportunidades afetariam todos de maneira igual. No Brasil, Mary Garcia Castro (1989) discutiu em sua tese de doutorado, a situação das mulheres chefes de família em comparação com os dados encontrados de homens solteiros, dos casados e de suas esposas. O que ela pode concluir se assemelha com o ponto de vista de Marcoux, a pobreza atingiria ambos os sexos de forma similar. Apesar da controvérsia, há um relativo consenso de que o estudo da situação vulnerável das mulheres é um fato importante a ser observado.

Várias podem ser as origens das divergências entre os autores acerca da existência ou não de um efeito distinto da pobreza sobre os gêneros. Uma forma de se alcançar maior compreensão do fenômeno é ampliar a concepção de pobreza para além da insuficiência de renda. Nesse sentido, adota-se uma concepção de pobreza multidimensional, em abordagem próxima à proposta por Amartya Sen (1999) para responder à seguinte questão investigativa: o fenômeno da feminização da pobreza é uma realidade sofrida pelas mulheres do Grande ABC?

Tendo a pobreza multidimensional em perspectiva, o artigo se propõe a buscar indicadores dos diversos tipos de vulnerabilidades que impedem as pessoas de desfrutarem da plena autonomia e da liberdade, numa tentativa de identificar a existência de situações distintas de privação, a partir do diferencial de gênero. O objetivo do artigo, portanto, é identificar a existência de diferenciais de rendimento e de oportunidades entre mulheres e homens na região do Grande ABC.

Composta por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, a região é reconhecida como um dos principais centros industriais, não só de São Paulo, como de todo o Brasil. Desempenhou um papel importante na mobilização política durante a ditadura militar, com destaque para o sindicato dos metalúrgicos liderado, até então, pelo ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Hoje, representa uma força no campo tecnológico e científico devido, principalmente, à presença de diversas universidades e instituições de cursos técnicos.

O artigo se apresenta em 4 seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção procura destacar a participação feminina no desenvolvimento da região. A segunda estabelece as principais características socioeconômicas recentes do Grande ABC, avaliadas a partir da abordagem das capacitações de Sen (1999) e Nussbawn (2011). Na terceira seção, as especificidades das mulheres chefes de família residentes são apresentadas, a fim de avaliara tese central. E, por fim, a quarta seção introduz as críticas e os debates ainda abertos sobre tal temática.

## **1. O papel das mulheres no processo de desenvolvimento do ABC**

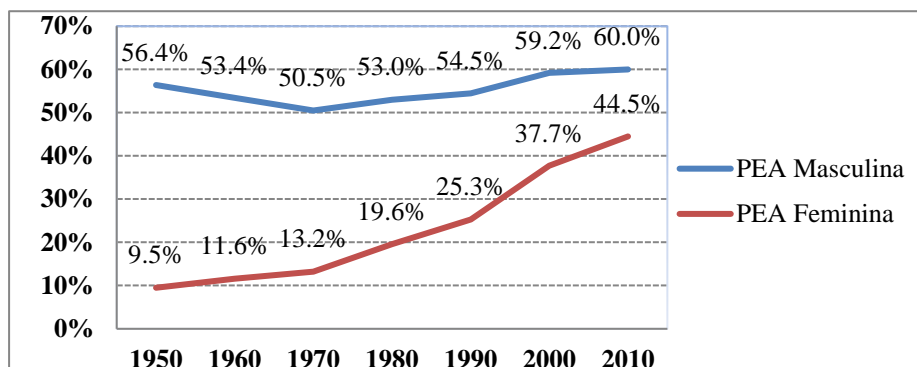
Tendo em vista que a região do Grande ABC assumiu papel fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro, com destaque para a década de 50, é de extrema relevância contextualizar a região sob uma perspectiva do desenvolvimento socioeconômico. Com mais de 2,5 milhões de habitantes, o Grande ABC se apresenta como um dos principais pólos político-econômico-cultural da região metropolitana de São Paulo. Sua trajetória histórica iniciou-se servindo como passagem e descanso dos portugueses que faziam o trajeto do Porto de Santos até as províncias centrais (XAVIER, 2007). Com o avanço dos transportes, destacando as ferrovias e as rodovias, os incentivos fiscais e a abundância de terra disponível, diversas indústrias foram estimuladas a se instalarem na região. Muitas mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho regional, como é possível observar na tabela abaixo:

**Tabela 1: Participação feminina nas indústrias do ABC, de 1920 a 1950**

<b>Ano</b>	<b>Mulheres trabalhadoras residentes (%)</b>	<b>Total de trabalhadores</b>
1920	15	2.648
1940	23	23.190
1950	25	59.550

Fonte: French; Cluff, 1997, pág 204. Baseado em dados do Recenseamento...1920, Censo Demográfico, vol 4., pt. 5, tomo 2, pág. 776-77; IBGE, Recenseamento... 1950, Censo Demográfico, vol 25, tomo 1, pág. 130-131

**Gráfico 1: Taxa de participação da população economicamente ativa no Brasil, de 1950 a 2010**



Fonte: Pinheiro, 2012, pág 32. Baseado em dados do IBGE, Censos demográficos, 1950-2000. IBGE, PNAD, 2010.

Através da Tabela 1 é possível constatar que, embora minoria, as mulheres do Grande ABC, desde 1920, já possuíam destaque significativo no mercado de trabalho da região, visto que a porcentagem de funcionárias nas indústrias superava a porcentagem numérica da PEA feminina nacional. Entre as décadas de 40 e 50, a força de trabalho feminina representava cerca de 25% dos residentes locais, muito acima da PEA referente às mulheres brasileiras, como apontado no gráfico 1 (9,5%).

Os principais setores industriais que contratavam mulheres eram o têxtil, o metalúrgico, o químico e o borracheiro, sendo que muitas fábricas apresentavam porcentagens significativas do corpo de trabalho feminino. Como observado na tabela abaixo:

**Tabela 2: Participação feminina nas indústrias do ABC em 1938**

Empresa (atividade)	Total de funcionários	Porcentagem de mulheres (%)
Companhia Química Rhodia (produtos químicos)	1.737	18
Pirelli (cabos elétricos, pneus)	3.268	19
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (fibras de rayon)	2.619	31
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (pratos de louça)	947	35
Companhia Brasileira de Cartuchos (munições)	832	49
Rhodiaceta (fibras de rayon)	1.879	<b>58</b>
Sociedade Anônima Moinho Santista (têxteis)	1.266	<b>61</b>
Lanifício Kowarick (lã para fiar e tecer)	692	<b>62</b>
Justofício Maria Luisa (lã para fiar e tecer)	488	<b>70</b>
Valisere (têxteis)	445	<b>88</b>
<b>Total de mulheres trabalhadoras em indústrias</b>	<b>14.173</b>	

Fonte: French; Cluff, 1997, pág 206. Baseado em dados da PMSA, documentos inéditos, "Estatística Industrial" para 1938 e 1947.

Também recebe destaque a participação feminina em greves trabalhistas. A primeira marcada pelo protagonismo das mulheres foi a greve têxtil Ipiranguinha, em 1919. Na sequência, na época do

pós-guerra, espalharam-se pelo Brasil movimentos grevistas, como exemplo, cita-se o ano de 1946. Nessa série de eventos, em março de 1947, os trabalhadores da fábrica Rhodiaceta declararam greve, dentre eles, 58% eram mulheres, que reivindicavam melhores salários, instalações adaptadas e fim das ameaças sofridas por parte dos supervisores. (FRENCH; CLUFF, 1997, pág 189)

Dessa maneira, observa-se que o protagonismo das mulheres do Grande ABC foi significativo não apenas para o desenvolvimento econômico da região - com a significativa porcentagem de trabalhadoras ativas nas indústrias locais - como também para o desenvolvimento social dos moradores, destacando a participação ativa em reivindicações por melhores condições de trabalho.

## **2. Aspectos socioeconômicos dos residentes do Grande ABC**

Após destacar a participação ativa das mulheres na região do Grande ABC, entre as décadas de 20 e 50, cita-se a importância de descrever o atual contexto socioeconômico no qual a população feminina está inserida. A fim de caracterizá-la, analisam-se alguns indicadores de qualidade de vida de todos os moradores da região, para avaliar a presença de desigualdades de gênero.

A concepção para pobreza aqui utilizada assume uma perspectiva multidimensional do fenômeno, buscando indícios de restrições às capacidades, ou seja, privações, numa tentativa de superar abordagens restritas à renda. A concepção norteadora é a de desenvolvimento socioeconômico e não apenas crescimento econômico, uma vez que os rendimentos individuais, sozinhos, não são capazes de descrever a qualidade de vida dos cidadãos, conforme sugerido pela abordagem das capacidades de Amartya Sen (1999). De acordo com essa abordagem haveria cinco tipos de liberdades instrumentais que, na presente análise, são consideradas para avaliar a qualidade de capacidades e direitos concedidos aos moradores do Grande ABC.

A primeira delas é a liberdade política que faz referência aos direitos civis, na possibilidade dos cidadãos de participarem ativamente da política, seja elegendo seus próprios representantes, ou se candidatando para ser um deles. O livre exercício da liberdade de expressão também se encaixa nesse quesito, levando em consideração uma imprensa livre de censura. A segunda a ser pontuada é a liberdade econômica, em que os indivíduos possuem facilidades econômicas que os permitem adquirir a autonomia de destinar seus recursos para a produção, consumo ou troca. A terceira se designa às oportunidades sociais, incluindo o acesso aos serviços públicos gratuitos e de qualidade como educação e saúde. A quarta é representada pelas garantias de transparência, que conjuntamente às liberdades políticas, garantem aos cidadãos a possibilidade de averiguar a atuação dos governantes, especialmente em democracias, atuando, por exemplo, como inibidores de corrupção. Por fim, a quinta liberdade é a segurança protetora, que assegura o mínimo necessário para evitar que famílias sejam consideradas miseráveis. Nessa categoria, enquadram-se os programas sociais desenvolvidos pelo governo, como por exemplo, o Bolsa Família. (SEN, 1999)

Dando sequência a essa linha de pensamento, Martha Nussbaum (2011) distingue dois tipos de capacidades: as internas, representadas pelas características pessoais de um indivíduo, como personalidade, inclinações emocionais, habilidades motoras e predisposições intelectuais; e aquelas influenciadas pelo ambiente, chamadas de capacidades combinadas. Essas últimas são determinadas pelas condições políticas, econômicas e sociais em que as pessoas são inseridas, não podendo ser modificadas com facilidade, pois são externas aos indivíduos. Já as capacidades internas estão em constante modificação, uma vez que as decisões tomadas tornam o processo de formação e transformação pessoal algo fluído e dinâmico. Seria nesse contexto que as desigualdades de gênero se manifestariam.

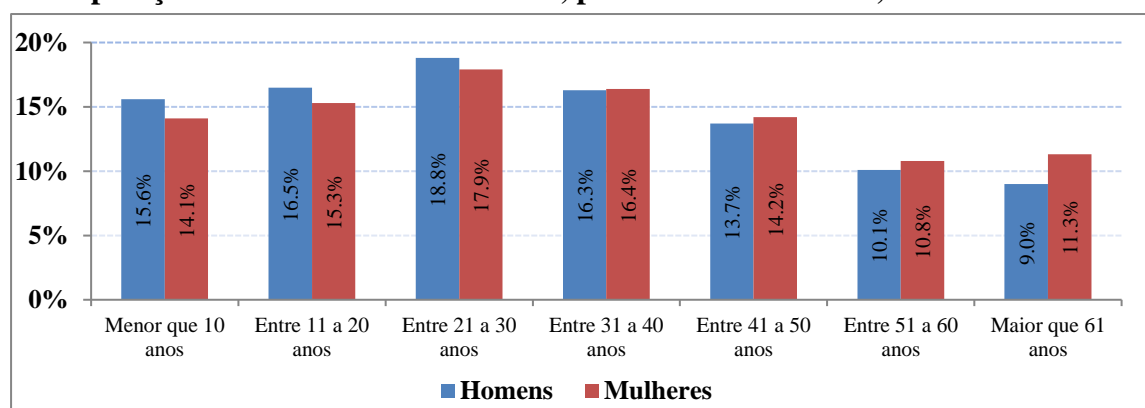
As mulheres, assim como os homens, possuem capacidades internas que as permitem alcançar e conquistar seus objetivos, entretanto, um conjunto de influências imposto pelo sistema político-social as impedem de serem aptas a exercerem suas habilidades e inclinações. A partir da análise dos dados a seguir, busca-se salientar evidências da manifestação das desigualdades de gênero na região do Grande ABC.

**Tabela 3: Residentes do Grande ABC, por sexo, 2010**

Município	Homens (%)	Mulheres (%)	Total de residentes por município
Diadema	48,4	51,6	386.089
Mauá	48,9	51,1	417.064
Ribeirão Pires	48,9	51,1	113.068
Rio Grande da Serra	49,6	50,4	43.974
Santo André	48	52	676.407
São Bernardo do Campo	48,3	51,7	765.463
São Caetano do Sul	46,1	53,9	149.263
<b>Média de residentes, por sexo (%)</b>	<b>48,2</b>	<b>51,8</b>	-
<b>Total residentes, por sexo</b>	<b>1.230.955</b>	<b>1.320.373</b>	-

Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2010

**Gráfico 2: População residente no Grande ABC, por faixa etária e sexo, 2010**



Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2010

Ao analisar a tabela 3, nota-se que seguindo a tendência brasileira, que assinala um percentual de 51,03% da população como feminina, as mulheres do ABC também são a maioria (51,8%). Entretanto, a partir de uma interpretação do gráfico 2, observa-se que a porcentagem de crianças do

gênero masculino é maior do que as do gênero feminino, porém, esse padrão não se mantém nas outras faixas etárias, o que indica que a taxa de mortalidade entre os meninos é maior do que entre as meninas. Há diversas causas que poderiam ser ilustradas na tentativa de explicar esses números. A mais relevante, para este contexto, é o fato de que a mulher ainda é destinada a se restringir em ambientes privados, enquanto o homem, ao cumprir sua função de provedor do lar, de acordo com a lógica patriarcal, tem mais contato com ambientes públicos, ficando vulnerável a acidentes fatais. (AQUINO; MENEZES; AMOEDO; NOBRE, 1991). A tabela abaixo demonstra a porcentagem dos falecidos distribuída entre os sexos pelos municípios. Nota-se que na maioria das cidades do Grande ABC, o número de mortes entre os homens é mais elevado do que entre as mulheres.

**Tabela 4: Distribuição de falecidos, por sexo, na Região do Grande ABC, 2010**

Município	Homens (%)	Mulheres (%)	Total de falecidos por município
Diadema	63,4	36,6	1.845
Mauá	54,9	45,1	1.909
Ribeirão Pires	57,8	42,2	524
Rio Grande da Serra	59,6	40,4	236
Santo André	54,6	45,4	4.306
São Bernardo do Campo	59,9	40,1	3.682
São Caetano do Sul	49,3	50,7	1.021
<b>Média de falecidos, por sexo (%)</b>	<b>57</b>	<b>43</b>	-
<b>Total de falecidos, por sexo</b>	<b>7.722</b>	<b>5.801</b>	-
<b>Total de residentes, por sexo</b>	<b>1.230.955</b>	<b>1.320.373</b>	-

Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

Sabendo que a oportunidade de estudos é considerada um dos inibidores de pobreza, também se faz necessário averiguar a porcentagem de analfabetos nos municípios do ABC.

**Tabela 5: Residentes com mais de 10 anos que não sabem ler, por sexo e município, no Grande ABC, 2010**

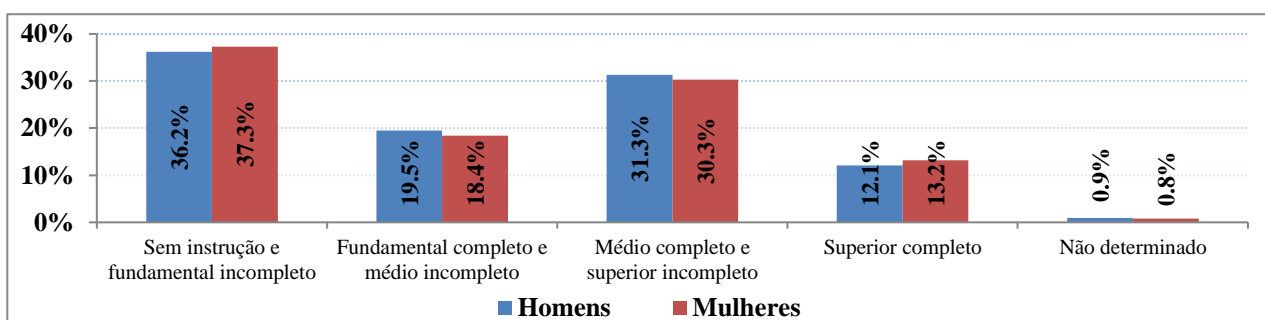
Município	Homens (%)	Mulheres (%)	Total de analfabetos por município
Diadema	3	4,6	12.615
Mauá	3	4,3	13.004
Ribeirão Pires	2,5	3,7	3.087
Rio Grande da Serra	3,9	4,5	1.558
Santo André	2,1	3,3	16.376
São Bernardo do Campo	2,3	3,2	18.308
São Caetano do Sul	1	1,9	1.974
<b>Média de residentes analfabetos, por sexo (%)</b>	<b>2,4</b>	<b>3,6</b>	-
<b>Total de residentes analfabetos, por sexo</b>	<b>25.877</b>	<b>41.046</b>	-
<b>Total de residentes, por sexo, acima de 10 anos</b>	<b>1.061.485</b>	<b>1.156.057</b>	-

Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

Nos sete municípios analisados, a porcentagem de mulheres analfabetas se sobrepõe a dos homens, sendo superiores à proporção média que marca a diferença numérica entre os sexos (Tabela

5). Essa desigualdade também se manifesta nos números daqueles que são sem instrução (Gráfico 3, a seguir). Mesmo os homens sendo maioria entre os habitantes de idades menores, as mulheres ainda são a maioria no quesito “Sem instrução e fundamental incompleto”. Apesar da proporção de mulheres concluintes do ensino superior ser ligeiramente maior (1,1%), não significa que haja mais oportunidades às mulheres, uma vez que não há garantias de empregos ou rendimentos equivalentes aos dos homens com formações similares, como se discutirá adiante no texto. Ademais, se considerarmos que a proporção de mulheres na faixa etária acima de 30 anos é sempre maior que a de homens, há indícios de que ainda faltam oportunidades de educação para as meninas.

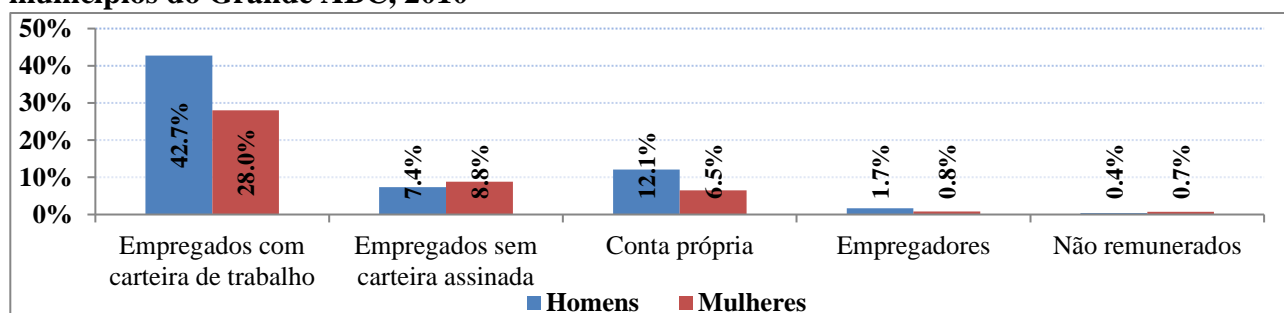
**Gráfico 3: Residentes com mais de 10 anos, por nível de instrução e sexo, no Grande ABC, 2010**



Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

Outro desdobramento da distribuição dos moradores do ABC, de acordo com o nível de instrução e as taxas de analfabetismo, é demonstrado no gráfico 4; caracterizado pelas principais categorias de emprego que evidenciam a desproporção numérica referente a cada representante dos gêneros.

**Gráfico 4: Residentes trabalhadores maiores de 10 anos, por categoria de emprego e sexo, municípios do Grande ABC, 2010**



Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

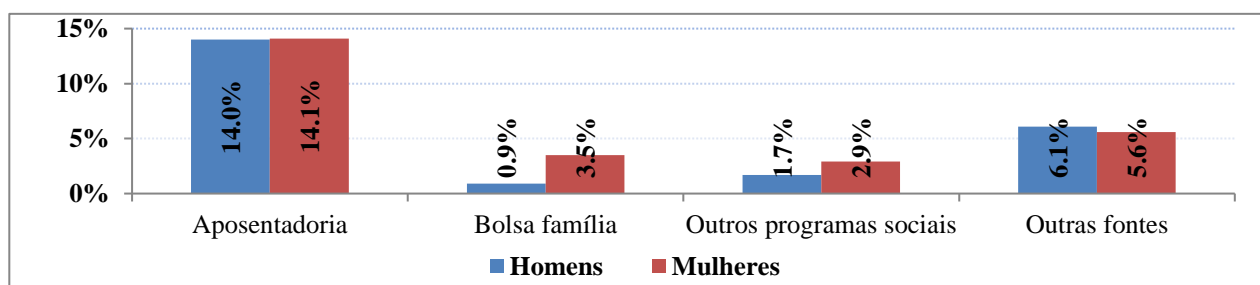
É possível observar que o número de trabalhadores formais, ou seja, com registro em carteira, é maior entre os homens; e que as mulheres são maioria em empregos sem carteira assinada e até mesmo sem remuneração. Vale a pena ressaltar que o número de empregadores e aqueles que trabalham por conta própria também apresentam maioria masculina, o que pode ser um indício do baixo incentivo de formar e capacitar mulheres como empreendedoras.

O vínculo feminino com empregos de baixa remuneração soma-se às desigualdades salariais enfrentadas por elas quando ocupam cargos semelhantes aos dos homens. Essas dificuldades no



mercado de trabalho estão relacionadas com o preconceito das empresas em contratar mulheres por causa de estereótipos (SEGGIARO, 2017). A possibilidade de a funcionária vir a engravidar, de ter que faltar no trabalho para cuidar dos filhos, as limitações de fazer serviços braçais e os consequentes benefícios da licença maternidade, são algumas das justificativas que afastam as mulheres de serem contratadas. Essa suposta instabilidade física e emocional feminina, provida de uma estrutura machista, também impediria que mulheres alcancem os altos cargos de empresas. Dessa forma, impossibilitadas de exercerem um trabalho remunerado justo, as mulheres são levadas a buscarem outras fontes de renda.

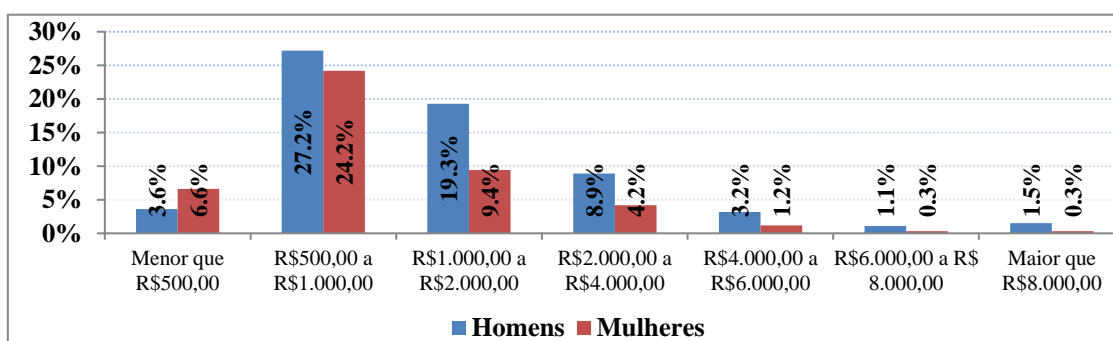
**Gráfico 5: Distribuição de benefícios sociais recebidos pelos residentes dos municípios do Grande ABC, por sexo. 2010**



Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

De acordo com o gráfico 5, constata-se que elas são as principais beneficiárias de programas assistencialistas como Bolsa Família, LOAS, seguro desemprego e pensão alimentícia (esses três últimos englobados no quesito “outros programas sociais”). Muitas pesquisas já evidenciaram a importância de políticas públicas como essas na redução da pobreza e, no caso do Bolsa Família, as condicionalidades do programa servem também como incentivos à educação e outros aspectos do desenvolvimento humano<sup>2</sup>. A maior porcentagem de formalização do trabalho entre homens sugere haver, também, uma situação desigual na velhice, haja vista haver mais mulheres idosas do que homens.

**Gráfico 6: Distribuição dos residentes dos municípios do Grande ABC, por faixa de rendimentos e sexo. 2010**

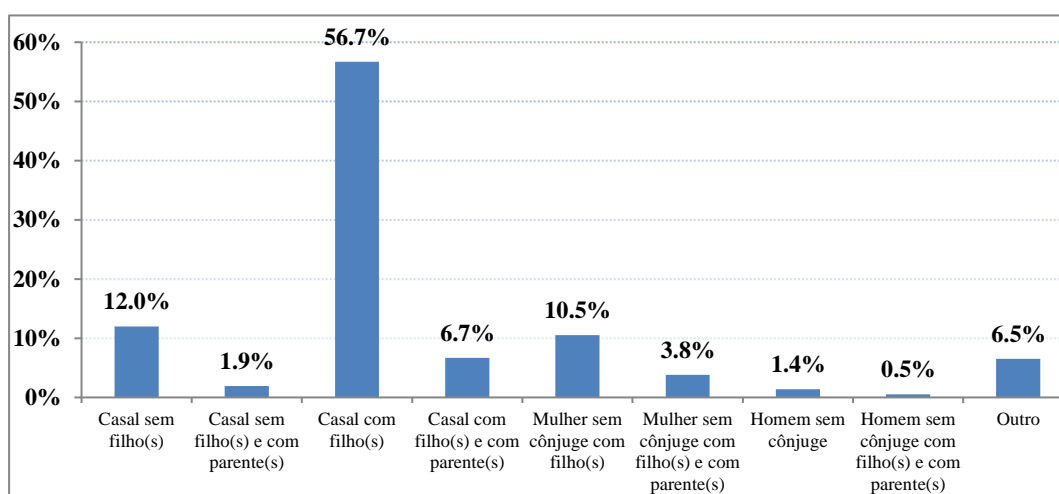


Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

<sup>2</sup> Para uma survey dos efeitos do Programa, veja-se RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017.

A distribuição por faixas de rendimento demonstra que as mulheres ocupam as categorias de maior vulnerabilidade; elas são maioria dos que não possuem nenhum rendimento, e a minoria dos que recebem mais. Tal disparidade pode ser justificada por uma série de fatores complementares, como os altos índices de analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade - o que resulta na ocupação de cargos de menores salários, ou até mesmo, inatividade econômica. A porcentagem de homens que recebem mais do que 4 mil reais é equivalente a 3 vezes mais do que a quantidade de mulheres na mesma categoria. Partindo da premissa de que o objeto de estudo desta pesquisa é plural, deve-se refletir acerca dos múltiplos papéis sociais desempenhados pelas mulheres. Considerando uma análise socioeconômica sob uma perspectiva domiciliar, um dos fatores importantes a serem averiguados é a composição da família.

**Gráfico 7: Composição familiar dos municípios do Grande ABC em 2010**



Fonte: IBGE - Microdados do Censo 2010

Verifica-se que a maioria dos lares é composta por um casal com filhos. Esse fato se torna relevante na medida em que há a possibilidade de mais de um adulto destinar seu salário para ajudar nas despesas domésticas, além da possível divisão dos cuidados dos filhos, que, embora, no geral, é destinado unicamente à mulher. Contudo, vale a pena pontuar que o número de mulheres chefes de família tem aumentado de maneira significativa. As causas que explicam esse fenômeno são diversas, como divórcio, viuvez, migração do marido ou abandono. Entretanto, essa é uma categoria que merece destaque, uma vez que à mulher sem cônjuge são atribuídas tarefas que muitas mulheres casadas não possuem, como a total responsabilidade do sustento do lar e a exclusividade do cuidado dos filhos. A ausência de cônjuge também incentiva o desenvolvimento pessoal feminino, já que é esperado um posicionamento de autonomia e protagonismo dessas mulheres.

Para além das questões socioeconômicas, retomando a linha teórica de Amartya Sen (1999), as mulheres do Grande ABC também não possuem representatividade política. Visto que, dos 142 parlamentares eleitos em 2016, nas 7 cidades, apenas 4 são mulheres - 2 em Santo André, 1 em São Caetano e 1 em São Bernardo. Nos cargos de chefia, todos os prefeitos são homens, sendo que em

apenas duas cidades aparecem mulheres na vice prefeitura - Mauá e Rio Grande da Serra. (COELHO, 2017)

A pobreza é inúmeras vezes associada à ausência de emprego ou de rendimentos, e nesse sentido, muitas vezes interpretada como uma vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo sendo uma categorização insuficiente, no caso de mulheres, os aspectos da vulnerabilidade podem também incidir mesmo quando empregada. A dupla, e às vezes, tripla jornada de serviço, a participação em empregos informais, a má remuneração, a instabilidade no recebimento de pensão alimentícia e o acúmulo das despesas familiares pesam sobre o orçamento feminino.

### 3. As mulheres chefes de família do Grande ABC

Analisando o desenvolvimento socioeconômico da região do Grande ABC a partir de um recorte de gênero, observam-se dois fatos: a mulher assume um papel de extrema importância dentro das famílias, sendo a principal responsável pela alocação dos recursos, mesmo quando não é a provedora oficial; além de estar ganhando notoriedade e mais espaço dentro do mercado de trabalho. Neste caso, considera-se a condição feminina como agente de mudança social (SEN, 1999). Os principais exemplos práticos das modificações estruturais são a redução dos níveis de fecundidade, mortalidade, doenças e fome. (PEARCE, 1978)

Vale a pena ressaltar que a análise do fenômeno da feminização da pobreza não se restringe a observar uma maioria quantitativa predominante de mulheres com baixos rendimentos, mas sim refletir sobre a tendência de aumento da porcentagem feminina em condições de vulnerabilidade (MOGHADAM, 2005). Concomitantemente a essa ocorrência, registra-se um crescimento do número de mulheres chefes de família, em detrimento da diminuição do número de homens sem cônjuge, conforme a tabela abaixo. A comparação dos dados e a utilização de uma base teórica reforçada visa examinar se há, de fato, uma relação entre essas duas variáveis.

**Tabela 6: Residentes sem cônjuge, de 2000 a 2010, por município do Grande ABC**

Município	Mulheres sem cônjuge		Homens sem cônjuge		Total de residentes sem cônjuge, por município	
	2000 (%)	2010 (%)	2000 (%)	2010 (%)	2000	2010
Diadema	12,7	24,3	4,6	3,2	31.279	54.371
Mauá	11,4	21,5	4,3	2,9	28.742	51.632
Ribeirão Pires	12,8	20,3	4,9	3,4	9.282	13.609
Rio Grande da Serra	12,3	24,3	4,6	3,0	3.140	6.041
Santo André	14,3	20,7	5,1	3,3	64.131	83.838
São Bernardo do Campo	12,7	21,5	4,8	3,2	62.427	96.788
São Caetano do Sul	18,2	22,8	6,1	3,4	17.545	20.629
<b>Média de residentes sem cônjuge (%)</b>	<b>13,5</b>	<b>21,8</b>	<b>4,9</b>	<b>3,2</b>	-	-

<b>Total sem cônjuge, por sexo e ano</b>	<b>160.804</b>	<b>287.531</b>	<b>55.742</b>	<b>39.377</b>	-	-
<b>Total de residentes por sexo e ano</b>	<b>1.209.236</b>	<b>1.320.373</b>	<b>1.145.486</b>	<b>1.230.955</b>	-	-

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2000 e 2010

Sabe-se que a condição das mulheres chefes de família é marcada pela pluralidade. O que de fato demonstra a vulnerabilidade desse setor da população é a intersecção entre gênero, raça, classe e idade (MACEDO, 2008). Também é levado em consideração um panorama determinista em que os padrões culturais, as tendências demográficas e o sistema político-econômico vigente em certa região, teriam capacidade de influenciar na condição socioeconômica dessas mulheres.

Os padrões culturais são refletidos na diferença de tratamento e educação que meninos e meninas recebem dentro do ambiente familiar. Sabe-se que essa inclinação varia de acordo com as tradições de cada país, mas, no geral, as meninas são prejudicadas na criação (REIS; MAIA 2008). Há pressão social para casar e ter filhos, a responsabilidade das tarefas domésticas é sempre delas, não há incentivo para os estudos em áreas da ciência, não possuem controle sobre a própria renda, não têm direito sobre o próprio corpo; são inseridas no universo da prostituição e concentram altas taxas de feminicídio. Dificuldades de possuir terras, crédito, capital e aplicações são barreiras intensificadas nas zonas rurais, locais em que ser chefe de família é um desafio muito maior (SCOTT, 2007). Isso demonstra que o fenômeno da feminização da pobreza é característico de zonas urbanas, cujas famílias são, com mais frequência, chefiadas por mulheres. Em zonas rurais, ainda impera visões conservadoras e tradicionalistas que impedem, muitas vezes, que mulheres assumam posições de controle e influência (SCOTT, 2007).

Embora as taxas de fecundidade tenham caído consideravelmente, ainda há um crescimento populacional. As tendências demográficas dizem respeito ao aumento da expectativa de vida das mulheres, tendo em vista os altos índices de mortalidade entre os homens e a melhora nos sistemas de saúde. Muitas idosas possuem dificuldades em se aposentar e, impossibilitadas de trabalhar, tendem a viver na margem da pobreza. Essa situação pode provocar outro problema que Bianchi (1999) denominou de “juvenização da pobreza”. Os jovens de famílias em situações de vulnerabilidade social tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo; sendo que muitos deles interrompem os estudos definitivamente. Os baixos níveis de instrução dos filhos podem significar uma continuidade na condição social da família, podendo até ser nomeado de “hereditariedade da pobreza”. Dessa maneira, em meio a uma precariedade no sistema de segurança social, a segunda geração familiar também entraria no ciclo da pobreza na tentativa de aumentar os rendimentos do domicílio.

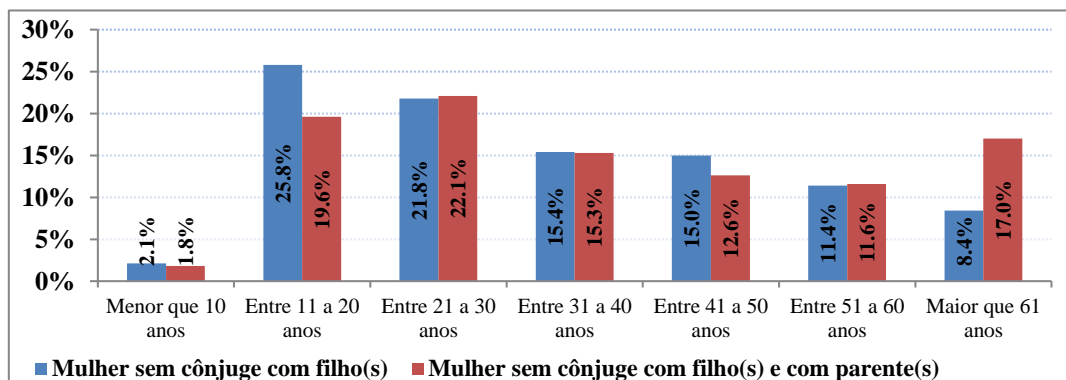
Sistemas político-econômicos do tipo neoliberais tendem a agravar a situação de vulnerabilidade de todos, mais especificamente, das mulheres chefes de família, que já possuem renda média inferior a dos demais. O livre comércio e a livre concorrência podem elevar os preços de

produtos básicos, refletindo negativamente nas despesas mensais. A tendência à privatização de serviços públicos restringe o acesso a estabelecimentos e atendimentos que outrora eram gratuitos. A possibilidade de aumento de impostos, a redução de salários e benefícios trabalhistas, além do descaso com o setor assistencialista também são medidas que governos neoliberais tendem a aderir, prejudicando essa camada da população.

Tendo caracterizado o perfil dos habitantes do Grande ABC, o passo seguinte é discutir como as mulheres chefes de família são representadas no contexto político-econômico, avaliando as características das residentes a partir de um recorte da composição das famílias.

Se considerarmos que as mulheres sem cônjuge e com filhos são possivelmente responsáveis pelo comando nuclear da família é possível observar a elevada frequência dessa categoria no ABC. A somatória de duas categorias presentes no Censo de 2010, “Mulher sem cônjuge com filhos” e “Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes”, para todos os municípios da região, é maior do que a soma dos habitantes de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires (157.042); ou até mesmo, equivale a aproximadamente o total de moradores de Diadema (386.089). Assim, reforça-se que essa categoria da população não é uma simples minoria.

#### **Gráfico 8: Mulheres residentes com filhos, sem cônjuge, por faixa etária nos municípios do Grande ABC.**



Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

Ao analisar a distribuição etária das mulheres sem cônjuge, nota-se que a maioria se encontra na categoria “Entre 11 e 20 anos”. Essa constatação demonstra que a situação da mulher como chefe de família pode estar diretamente relacionada à gravidez na adolescência. Essas gestações, no geral, não são planejadas, e a mulher, sem o apoio do companheiro, tende a abandonar os estudos. A interrupção do aprendizado reflete no baixo nível de instrução dessas mães que futuramente serão prejudicadas ao procurarem por empregos. Os dados das tabelas abaixo comprovam que a maioria das mulheres não possui nem o fundamental completo e que a taxa de mulheres analfabetas supera a média de analfabetos dos municípios (2,8%).

**Tabela 7: Mulheres residentes, sem cônjuge, maiores que 10 anos e analfabetas, por município. 2010**

Município	Mulheres sem cônjuge analfabetas (%)	Total de mulheres sem cônjuge analfabetas por município	Total de mulheres sem cônjuge por município
Diadema	4,5	2.173	48.417
Mauá	5,2	2.379	45.727
Ribeirão Pires	4,5	527	11.745
Rio Grande da Serra	5,9	319	5.383
Santo André	3,1	2.244	72.973
São Bernardo do Campo	3,9	3.345	84.992
São Caetano do Sul	1,1	204	18.294
<b>Média de mulheres sem cônjuge analfabetas (%)</b>	<b>3,9</b>		

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

O abandono dos estudos resulta em elevados índices de analfabetismo entre as chefes de família. Concomitantemente a essa informação, encontra-se, na tabela abaixo, a distribuição das mulheres por nível de instrução. Em ambas categorias “Mulher sem cônjuge com filhos” e “Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes”, o maior percentual é destinado a opção “sem instrução e fundamental incompleto”.

**Tabela 8: Mulheres residentes, sem cônjuge, maiores de 10 anos, por nível de instrução. Região do Grande ABC, 2010**

Município	Mulher sem cônjuge com filho(s) (%)	Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) (%)	Total de mulheres sem cônjuge por nível de instrução
Sem instrução e fundamental incompleto	38	43,3	113.398
Fundamental completo e médio incompleto	20,1	19,2	57.168
Médio completo e superior incompleto	30,1	28,1	84.959
Superior completo	10,6	8,5	28.745
Não determinado	1,2	0,9	3.260
<b>Total de mulheres sem cônjuge, por categoria</b>	<b>211.074</b>	<b>76.457</b>	

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

Ao analisar a população economicamente ativa entre as mulheres sem cônjuge, nota-se que a porcentagem de ambas as categorias se sobrepõe a expressão de mulheres, no geral, em condição de atividade semelhante. O maior grau participativo laboral entre as chefes de família denota uma emancipação significativa do paradigma que afasta as mulheres do mercado de trabalho.

**Tabela 9: Mulheres residentes, sem cônjuge, economicamente ativas. 2010**

Município	Mulher sem cônjuge com filho(s) (%)	Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) (%)	Total de mulheres sem cônjuge economicamente ativas
Diadema	58,4	58,5	28.279
Mauá	59,1	51,3	26.082
Ribeirão Pires	62,1	57,2	7.149
Rio Grande da Serra	57,8	47,3	2.940
Santo André	61,3	53,3	43.234
São Bernardo do Campo	61,3	51,7	49.919
São Caetano do Sul	<b>63</b>	<b>58,3</b>	11.284
<b>Média de mulheres sem cônjuge economicamente ativas, por categoria (%)</b>	<b>60,5</b>	<b>53,8</b>	-
<b>Total de mulheres sem cônjuge economicamente ativas, por categoria</b>	<b>127.775</b>	<b>41.111</b>	-
<b>Total de mulheres sem cônjuge, por categoria</b>	<b>211.074</b>	<b>76.457</b>	-

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

Os altos índices da PEA feminina representados pelas chefes de família refletem duas situações divergentes. A primeira diz respeito à média de empregadas com carteira de trabalho ser maior entre as mulheres sem cônjuge do que a média geral (28%, conforme o gráfico 4). A outra questão é refletida na maior porcentagem das chefes de família entre as empregadas sem carteira assinada, em comparação com os dados apresentados das mulheres do Grande ABC, no gráfico 4 (8,8%).

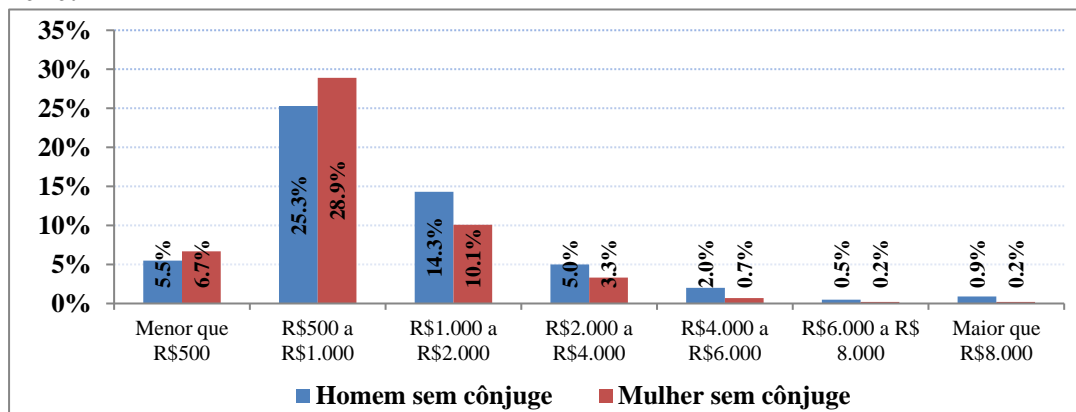
**Tabela 10: Mulheres residentes, sem cônjuge, por categoria de emprego. Região do Grande ABC, 2010**

Município	Mulher sem cônjuge com filho(s) (%)	Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) (%)	Total de mulheres sem cônjuge por categoria de emprego
Empregadas com carteira de trabalho	33,3	30,2	93.446
Empregadas sem carteira assinada	10,6	9,9	30.027
Conta Própria	6,4	5,7	17.962
Empregadores	0,5	0,3	1.239
Não remunerados	0,4	0,4	1.211
<b>Total de mulheres sem cônjuge por categoria</b>	<b>211.074</b>	<b>76.457</b>	-

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

Esse impasse permite uma análise interpretativa que perpassa a condição das mulheres sem cônjuge: trabalhar não é uma escolha, é uma necessidade; e por isso, acabam se submetendo a serviços sem muitas garantias.

**Gráfico 9: Mulheres residentes, sem cônjuge, por faixas de rendimentos. Região do Grande ABC, 2010.**



Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010. Nota: valores são rendimentos nominais de julho de 2010

Ao comparar as faixas de rendimento das mulheres sem cônjuge com as dos homens de composição familiar equivalente, observa-se que a tendência destinada aos sexos, como visto no gráfico 6, se mantém a mesma. As mulheres permanecem destinadas às posições socioeconômicas de maiores vulnerabilidades. Os homens sem cônjuge, com filhos e parentes registram, de fato, rendimentos menores do que a média destinada a seu gênero. Porém, ao se compararem com as representantes do sexo feminino, em situações semelhantes, há uma significativa diferença de vantagem daqueles para estas. Isso demonstra que a subjugação e as responsabilidades de ser mãe solteira são distintas ao se compararem com as funções de um pai solteiro.

De fato, os indicadores de rendimento mensal dos indivíduos são passíveis de questionamento, visto que, a questão subjacente à qualidade de vida dos lares é derivada da aplicação dos insumos recebidos e não apenas da renda acumulada. Contudo, também é de conhecimento popular que a cesta de consumo de homens e mulheres é diferente, e embora aparente ser uma reprodução de estereótipos do “altruísmo feminino” e do “egoísmo masculino”, Márcia dos Santos Macedo (2008) apresenta uma série de pesquisas que demonstram o fato de famílias chefiadas por mulheres tender a uma qualidade de vida melhor do que a chefiada por homens, já que o destino da renda masculina, geralmente, aloca-se a questões para uso próprio (MACEDO, 1999).

#### **4. Feminização da pobreza: Críticas e evidências**

Sabendo que a pobreza feminina pode estar vinculada a diferentes contextos de estado civil, os críticos da teoria da feminização da pobreza se dividem em dois grupos: os que contestam o foco dado às mulheres chefes de família e os que acreditam que a pobreza não atinge um gênero específico. Os primeiros argumentam que o objeto de estudo deveriam ser as casadas, tendo em vista que muitas delas se portam com dedicação total aos cuidados dos filhos e dos afazeres domésticos. Mary Garcia Castro exemplifica tal pensamento em seu artigo *Feminização da pobreza: um cenário neoliberal*



“As mulheres de famílias monoparentais [...] empobreceram não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.” (CASTRO, p.92.1999)

Após a descrição das características das mulheres sem cônjuge, observou-se que a maioria delas se destaca por ser muito jovem. Reconhecendo que o Brasil é o país líder na América Latina com casos de casamento infantil<sup>3</sup>, há indícios de que a tese de Garcia Castro seja pertinente ao debate. Por outro lado, estima-se que o baixo índice de participação econômica de mulheres casadas não comprometa o rendimento familiar com o mesmo impacto do que a situação das chefes de família. Essas últimas são unicamente responsáveis pelo sustento do lar e por isso assumem toda carga de subjugação de um sistema machista que apenas reconhece o homem como provedor da casa.

Deve-se considerar que a pobreza multidimensional relacionada a mulheres casadas não necessariamente, implica em pobreza familiar. Em casos que o marido consiga suprir todas as despesas do lar, há a possibilidade de impedir que o ciclo de vulnerabilidade atinja os filhos. Contudo, em relação à pobreza de mulheres sem cônjuge, a probabilidade de futuras gerações de esta família ser corrompidas pelas marcas das restrições das capacidades, maximiza a importância de tomá-las como estudo e garantir suporte adequado para superar dificuldades socioeconômicas específicas. Assim, é possível perceber que da mesma forma que a pobreza relacionada a um homem se manifesta de modo diferente ao se comparar com a da mulher, as dificuldades enfrentadas pelas esposas em situação de vulnerabilidade também se diferenciam dos desafios encarados pelas chefes de família.

No que tange às políticas públicas, de fato, todas as mulheres deveriam ser alcançadas. Carolina Moser (1989) dividiu em 5 categorias os tipos de políticas públicas que possibilitariam uma melhora significativa na qualidade de vida das mulheres, seriam elas: Bem-estar social, Equidade, Contra a pobreza, Eficiência e Empoderamento. Essa totalidade vai ao encontro da teoria da multidimensionalidade da pobreza, confirmando que as formas de combate são equivalentes a pluralidade de manifestação. O estímulo à emancipação de mulheres casadas colabora para que elas sejam reconhecidas por suas individualidades, não apenas pelo estigma da maternidade. Já o apoio às chefes de família garante que elas concretizem sua autonomia, sem vinculá-las ao descrédito da ausência de um companheiro.

Já o grupo de pesquisadores que acreditam que as vulnerabilidades socioeconômicas não são distintas entre os homens e as mulheres partem do pressuposto de que a proporção apresentada no relatório de Desenvolvimento Humano, de 1995, estava equivocada. “Se 70% dos pobres é composto

---

<sup>3</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/brasil-e-quarto-pais-no-ranking-global-de-casamento-infantil>. Acessado em 09/03/2019.

por mulheres, então teríamos a proporção de 4.3 mulheres pobres para cada homem pobre” (MARCOUX, 1998). Alan Marcoux questionou a legitimidade dos dados, porque não houve nenhum estudo científico que documentou esta pesquisa. Contudo, a tabela 12, abaixo, demonstra que na região do Grande ABC, entre os que se encontram na menor faixa de rendimento, a porcentagem das mulheres chega próxima de 70%. O que reafirma a hipótese de que “a pobreza tem rosto de mulher”.

**Tabela 11: Residentes com menos de 500 reais por sexo e município. 2010**

Município	Homens (%)	Mulheres (%)	Total de residentes por município com menos de 500 reais
Diadema	34,1	65,9	20.064
Mauá	31,9	68,1	21.477
Ribeirão Pires	31,9	68,1	4.899
Rio Grande da Serra	30,9	69,1	2.939
Santo André	33,5	66,5	27.114
São Bernardo do Campo	33,9	66,1	33.348
São Caetano do Sul	35,7	64,3	4.444
<b>Média de residentes, com menos de 500 reais, por sexo (%)</b>	<b>33,1</b>	<b>66,9</b>	-
<b>Total de residentes, com menos de 500 reais, por sexo</b>	<b>38.138</b>	<b>76.147</b>	-
<b>Total de residentes, por sexo</b>	<b>1.230.955</b>	<b>1.320.373</b>	-

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2010

Apesar da contínua manifestação do fenômeno da feminização da pobreza no ABC, os dados pressupõem uma melhora na qualidade de vida dessas mulheres, visto que alguns indicadores demonstraram índices positivos, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, entre os anos 2000 e 2010, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 12: Residentes sem cônjuge, economicamente ativos, 2000 e 2010.**

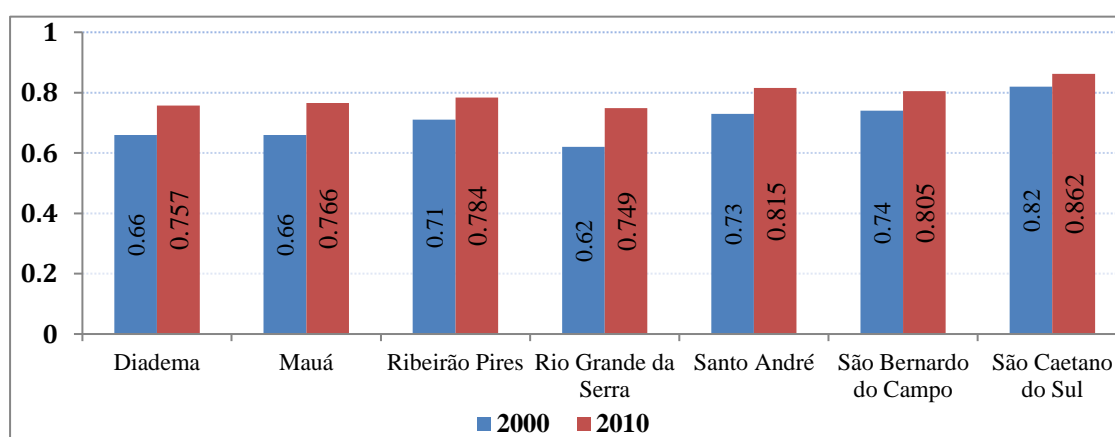
Município	Mulheres		Homens		Total de residentes economicamente ativos	
	2000 (%)	2010 (%)	2000 (%)	2010 (%)	2000	2010
Diadema	28,7	54,9	47,6	70,1	135.644	204.397
Mauá	23,9	51,4	44,3	69,3	123.387	214.709
Ribeirão Pires	26,6	49,4	46,0	67,7	37.788	57.575
Rio Grande da Serra	21,1	51,0	40,3	69,5	11.356	22.270
Santo André	29,4	52,8	48,2	70,7	249.959	364.904
São Bernardo do Campo	29,9	54,0	49,2	70,9	276.355	413.438
São Caetano do Sul	35,2	53,8	53,0	70,8	60.987	83.069
<b>Média de residentes economicamente ativos (%)</b>	<b>27,8</b>	<b>53,1</b>	<b>46,9</b>	<b>70,3</b>	-	-
<b>Índice de crescimento, por sexo</b>		<b>1,9</b>		<b>1,4</b>		
<b>Total de residentes, economicamente ativos, por sexo e ano</b>	<b>347.279</b>	<b>614.190</b>	<b>548.197</b>	<b>746.172</b>	-	-

<b>Total de residentes. por sexo e ano</b>	<b>1.209.236</b>	<b>1.320.373</b>	<b>1.145.486</b>	<b>1.230.955</b>	-	-
--	------------------	------------------	------------------	------------------	---	---

Fonte: IBGE, Microdados do Censo, 2000 e 2010

O crescimento da inserção das mulheres em atividades produtivas induz a evidências do processo de emancipação e conquista de autonomia feminina. Tal cenário pode ser um dos motivos capaz de explicar o aumento do IDHM entre 2000 e 2010. Conforme explicitado nos gráficos a seguir.

**Gráfico 10: IDHM dos municípios do ABC, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000; 2010

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil disponibiliza a adaptação do cálculo do IDH nacional admitindo como referência os municípios. Nele são considerados aspectos relacionados aos índices de saúde, educação e renda. A partir de uma análise do gráfico 10 é possível visualizar o crescimento relativo da qualidade de vida dos moradores dos sete municípios do Grande ABC. Embora a maioria dos municípios ocupe posições de destaque, em relação às demais cidades da região metropolitana de São Paulo, os dados apresentados nas seções anteriores sugerem que as mulheres ainda se apresentam em condições de vulnerabilidade socioeconômicas.

Como defendido por Pearce (1978) e pelo Relatório do Fórum Econômico Mundial (2006), o desenvolvimento pessoal das mulheres é evidenciado no desenvolvimento socioeconômico de toda uma região. Dessa maneira, reitera-se o diferencial pressuposto pela condição familiar das chefes de família, que mesmo em meio a discriminações, sendo mais sujeitas a condições precárias de vida, apresentam-se como protagonistas da busca pela superação do patriarcado.

### Considerações finais

O artigo buscou identificar vulnerabilidades que pudessem afetar as mulheres residentes na região do Grande ABC e, a partir da análise de dados dos censos de 2000 e 2010, verificou-se a existência de diferenciais de rendimento e de oportunidades entre mulheres e homens na região do Grande ABC.

A perspectiva teórica norteadora das reflexões, baseada na abordagem das capacitações de Sen e Nussbaum, sugeriu uma análise não restrita à renda. Ao se avaliarem as liberdades instrumentais

sugeridas por Amartya Sen a partir dos dados do Censo, observaram-se indícios de que as mulheres concentram os maiores níveis de vulnerabilidade na Região do Grande ABC. As diferenças entre os percentuais relacionados à educação, empregabilidade, rendimentos, auxílios sociais e participação política manifestaram a restrição das capacidades combinadas, relacionadas ao gênero feminino.

Dentro da categoria ‘Mulheres’, o recorte para o caso das chefes de família se destaca. A análise dos indicadores demonstrou o grau quantitativo das vulnerabilidades destas mulheres específicas e o consequente acirramento do ciclo da pobreza que a elas é imposto. Assim, foram encontradas evidências que não permitem rejeitar a hipótese de existência de um processo de Feminização da Pobreza na Região do Grande ABC, de acordo com a perspectiva de Diane Pearce (1978). Dessa maneira, as mulheres sem cônjuge se apresentam como a parcela dos habitantes mais vulnerável aos impactos da manifestação da pobreza multidimensional.

### **Referências bibliográficas**

AGUILAR, P.L. **La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidade analíticas**. Universidad de Buenos Aires. 2011

ANAU R. V.; **As transformações econômicas no grande ABC de 1980 a 1999**. Revista do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fausp. v. 11. (2002) – online. <http://www.revistas.usp.br/>. Acesso em 17/06/17.

AQUINO, E. M.L; MENEZES, G.M; AMOEDO, M.B.E; NOBRE, L.C.C. **Mortalidade feminina no Brasil: Sexo frágil ou sexo forte?**. Cadernos de Saúde Pública, RJ, 7(2); 174-189, 1991. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a04.pdf>> Acessado em: 24/08/2018

Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 10/01/18.

BARROSO, C. 1978. **Sozinhas ou mal acompanhadas- a situação das mulheres chefes de família**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo

BIANCHI, S.M. Feminization and juvenization of poverty **Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences**. 1999. Annual Review of Sociology, n. 25, p.307-333

CASTRO, M.G. **Family, gender and work: the case of the female heads of household in Brazil**. 1989. University of Florida

CASTRO, M.G. **Feminização da pobreza: um cenário neoliberal**. 1999. Resumo do texto apresentado na I Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul.

COELHO, B. **Mulheres ocupam apenas 17,1% dos cargos políticos de chefia no ABC**. Repórter Diário. 2018. Disponível em <<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2477914/mulher-ocupa-apenas-171-dos-cargos-politicos-de-chefia-no-abc/>> Acessado em 14/05/18

FRENCH, J.D; CLUFF, M.L.P. **As mulheres e a mobilização operária na época de pós- guerra em São Paulo, 1945-1948.** The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box. Durham: Duke University Press, November 1997. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/490>> Acessado em: 16/05/2018

Fórum Econômico Mundial. **The Global Gender Gap Report 2006.** Suíça. 2006. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2006.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2006.pdf)> Acessado em: 27/08/2018

GONZÁLEZ.D.L.R, Mercedes. Gênero e pobreza urbana: observações para uma discussão. In: SEMINÁRIO SOBRE POBREZA URBANA. Rio de Janeiro: ALOP and The World Bank, May 14-16, 1998, 11p.

FLECK, A.C; WAGNER, A. **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar.** Psicologia em Estudo, Maringá, v.8, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf>> Acessado em: 24/08/2018

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apresentam dados socioeconômicos e demográficos sobre as cidades do Grande ABC. <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 17/05/17.

JULIO, L. **Apenas cinco mulheres fazem parte dos 142 vereadores do ABC.** Rudge Ramos Online. 2017. Disponível em <<http://www.metodista.br/rroonline/noticias/2017/apenas-cinco-mulheres-fazem-parte-dos-142-vereadores-do-abc>> Acessado em: 14/05/18

MACEDO, M.S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** Caderno CRH, Salvador, v.21, n.53, p.389-404, Maio-Agosto. 2008

MACEDO, M.S. **Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador.** 1999. 185f. Dissertação de mestrado

MOGHADAM, V.M. **The ‘Feminization of poverty’ and women’s human rights.** 2005. SHS Papers in Women’s Studies/ Gender research, n.2. Gender Equality and Development Section. Division of Human Rights. UNESCO

MARCOUX, A. **The feminization of poverty: claims, facts and data needs.** Population and Development. Review. 1998. v.24, n.1, p.131-139, Março

MORAES, J. C. **Gestão regional compartilhada no Grande ABC Paulista: o papel da agência de desenvolvimento econômico.** São Paulo, 2003. 167f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

MOSER, C.O.N. **Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs.** World Development, v.17, n.11,p.1799-1825.

NOVELLINO, M.S.F **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** 2004 (Trabalho apresentado no XIII Encontro da ABEP)

NUSSBAUM, M. *Creating Capabilities*. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. 2011

PEARCE, D. **The feminization of poverty: women, work and welfare**. 1978. *Urganand Social ChangeReview*, p. 28-36

PINHEIRO, J.C. **Trabalho feminino no Brasil. Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2000)**. Trabalho de conclusão de curso. UFRGS. 2012. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69992/000875738.pdf?sequence=1>> Acessado em: 16/05/2018

REIS, K.C.F; MAIA, A.C.B. **Estereótipos sexuais e a Educação sexista no discurso de mães. 2008**. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/krij5p/pdf/valle-9788598605999-08.pdf>> Acessado em 24/08/2018

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 47, n. 4, p. 805-862, Dec. 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612017000400805&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000400805&lng=en&nrm=iso)>. access on 08 Mar. 2018.

SANCHES, S; GEBRIM, V.L.M. **O trabalho da mulher e as negociações coletivas**. *Estudos avançados* 17(49), 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18399.pdf>> Acessado em: 24/08/2018

SANTOS, W. **Antecedentes do ABC paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: Sece, 1992

SCOTT, R.P. **Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste**. *Estudos feministas*. Florianópolis, 15(2). 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a09v15n2.pdf>> Acessado em: 24/08/2018

SEGGIARO, F.B. **Mulheres no mercado de trabalho: análise das dificuldades de gênero enfrentadas pelas mulheres do século XXI**. *Revista Metodista de administração do Sul*, v.2, n.1, 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/bruna.honda/Downloads/496-1541-2-PB.pdf>> Acessado em 24/08/2018

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1999. Companhia das Letras. Edição 2007

VETTORAZZO, L; BÔAS, B. V. Cresce número de mulheres chefes de família no Brasil. *Folha de são Paulo*. Caderno Mercado. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1714906-proporcao-de-familias-chefiadas-por-mulheres-chega-a-40-em-2014.shtml>> Acessado em 18/05/18

XAVIER M. L. P.; SOUZA A. C. M.; RODRIGUES J. P.; BRESCIANI, L. P. **O novo perfil econômico do Grande ABC**. *Revista Organizações em Contexto - online*, vol 3,nº 6 - julho/dezembro (2007). <<https://www.metodista.br/>> .Acesso em 16/05/17.